



Acordo de Parceria Portugal 2030

*Promover a convergência de Portugal
com a União Europeia*

PORTUGAL
2030



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO
DO PLANEAMENTO

06 de novembro de 2021



PORTUGAL
2030

Introdução

Este documento apresenta as linhas orientadoras do **Acordo de Parceria Portugal 2030**, a estabelecer entre Portugal e a Comissão Europeia, que fixa os grandes objetivos estratégicos para aplicação dos Fundos Europeus no País entre 2021e 2027.

O **ponto 1** inclui informação sobre o enquadramento estratégico do Portugal 2030, a sua estrutura e os respetivos Programas e sobre o alinhamento com outros instrumentos de apoio, como o PRR. No **ponto 2**, apresentam-se as principais opções programáticas, por objetivo estratégico, incluindo áreas de intervenção e exemplos de instrumentos a implementar. Segue-se a programação financeira no **ponto 3**. O **ponto 4** trata as questões da capacitação dos atores envolvidos na implementação (incluindo beneficiários), visando uma mais eficiente utilização dos recursos. Os **pontos 5 e 6** incidem sobre as abordagens para enfrentar os desafios demográficos e do território e as condições habilitadoras que Portugal tem de cumprir para beneficiar destes apoios. Termina com o **ponto 7**, onde é apresentada a estratégia para o envolvimento e auscultação dos Parceiros, na construção e acompanhamento do Acordo de Parceria.

A programação relativa às Regiões Autónomas está considerada na programação financeira do Portugal 2030, embora a correspondente descrição das opções programáticas não esteja apresentada de forma exaustiva.



PORTUGAL
2030

Índice |

1. Enquadramento
2. Principais Opções Programáticas
3. Programação Financeira
4. Principais Medidas de Reforço da Capacidade de Gestão
5. Abordagens Integradas para enfrentar os Desafios Demográficos e do Território
6. Condições Habilitadoras
7. Envolvimento dos Parceiros



PORTUGAL
2030

Enquadramento

1.



PORTUGAL
2030

ACORDO DE PARCERIA | Portugal 2030

O **Portugal 2030** materializa o Acordo de Parceria a firmar entre Portugal e a Comissão Europeia, que estabelece os grandes objetivos estratégicos para aplicação dos Fundos Europeus no país para o período 2021-2027.

As negociações do quadro de financiamento plurianual (QFP 2021-27) iniciaram-se em 2018, tendo conhecido importantes desenvolvimentos no Conselho Europeu de julho de 2020, e culminaram em junho de 2021, ainda durante a presidência portuguesa, com a publicação dos regulamentos comunitários.

No total, Portugal irá programar 23 mil M€, distribuídos por cinco Fundos Europeus:

FEDER
Fundo Europeu de
Desenvolvimento
Regional

FSE+
Fundo Social Europeu
Mais

FC
Fundo de Coesão

FTJ
Fundo para uma
Transição Justa

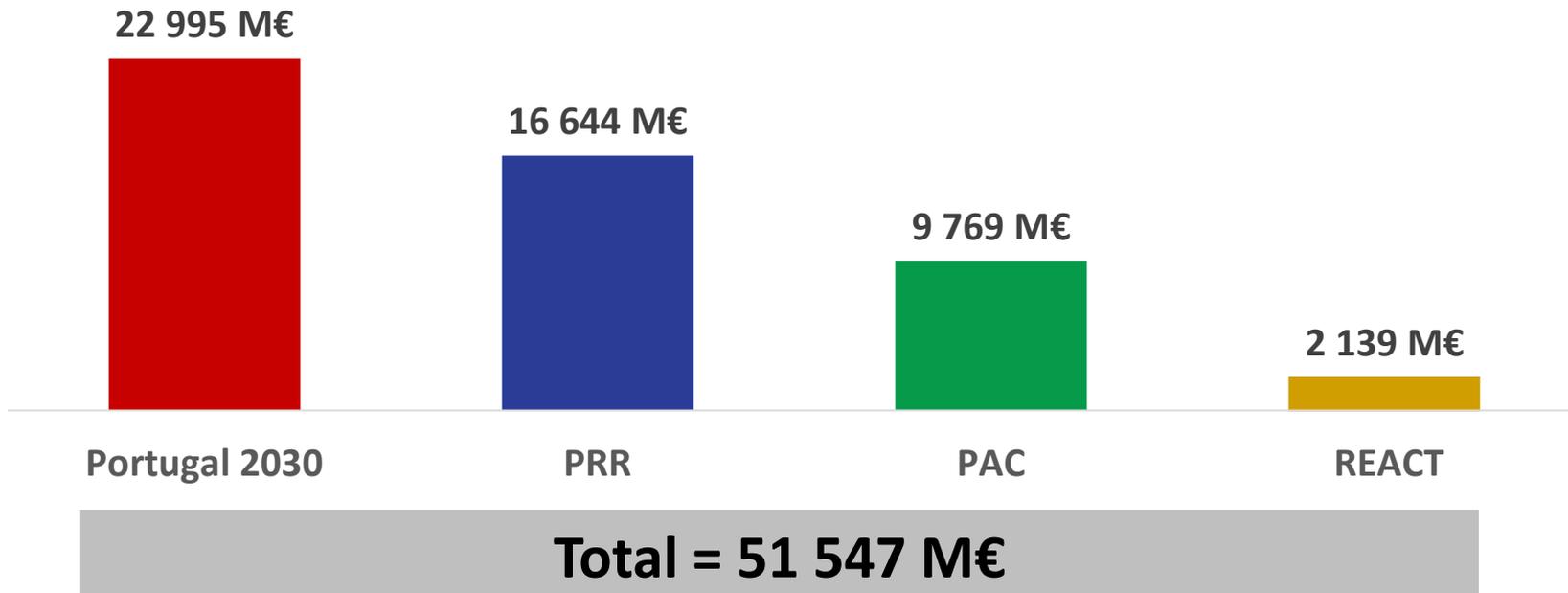
FEAMPA
Fundo Europeu dos
Assuntos Marítimos, das
Pescas e da Aquicultura



PORTUGAL
2030

FUNDOS PARA 2021-27 | Pacote Global de Portugal

Ao **Portugal 2030** acrescentam outros instrumentos financiados por Fundos Europeus, num montante global de 52 mil M€.



Notas: (1) O valor do Portugal 2030 já está deduzido das transferências para a Cooperação Territorial e para o Connecting Europe Facility/ Mecanismo Interligar a Europa (CEF/MIE) e a PAC inclui a componente de Desenvolvimento Rural incluída no Next Generation EU.



PORTUGAL
2030

ACORDO DE PARCERIA | VALORES GLOBAIS *preços correntes*

Dotação aprovada
pela União
Europeia

24 182 M€

=

FEDER	FSE+*	FC*	FTJ	FEAMPA	Total
11 497	7 497	3 399	224	379	22 995

+

Transferência para o Mecanismo Interligar Europa

1.048 M€

Cooperação Territorial

139 M€

=

24 182 M€

* Face aos valores definidos pela Comissão, os indicados, Portugal vai propor uma transferência de 280 M€ do FC para o FSE+.



PORTUGAL
2030

ACORDO DE PARCERIA | Prioridades europeias

Nos termos dos regulamentos europeus, o Portugal 2030 programa-se em torno de cinco objetivos estratégicos (OP) da União Europeia:

OP1 - Uma Europa mais inteligente,

investindo na inovação, na digitalização, na competitividade das empresas, nas competências para a especialização inteligente, transição industrial e empreendedorismo

OP2 - Uma Europa mais «verde»,

que aplique o Acordo de Paris e invista na transição energética, nas energias renováveis e na luta contra as alterações climáticas

OP3 - uma Europa mais conectada, com redes de transportes estratégicas

OP4 - uma Europa mais social,

na senda do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, apoiando o emprego de qualidade, a educação, as competências, a inclusão social e a igualdade de acesso aos cuidados de saúde

OP5 - uma Europa mais próxima dos cidadãos, através do apoio a estratégias de desenvolvimento a nível local e ao desenvolvimento urbano sustentável na UE

ACORDO DE PARCERIA | Alinhamento com a Estratégia 2030

O Portugal 2030 tem como enquadramento estratégico a **Estratégia Portugal 2030**, aprovada pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro](#).

A Estratégia 2030 tem como visão:

«Recuperar a economia e proteger o emprego, e fazer da próxima década um período de recuperação e convergência de Portugal com a UE, assegurando maior resiliência e coesão, social e territorial» e organiza-se em torno de quatro agendas temáticas centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal no horizonte de 2030.»

O processo de preparação da Estratégia 2030 iniciou-se no final de 2017, tendo sido realizada uma alargada auscultação da sociedade portuguesa e que envolveu consultas junto dos parceiros económicos e sociais, da academia, da sociedade civil e dos agentes regionais, bem como a consulta de todos os partidos políticos com assento parlamentar na legislatura anterior. Os pressupostos para a sua definição foram ainda objeto de um largo consenso político, social e económico sobre o rumo que o País deve trilhar com vista a alcançar mais crescimento, melhor emprego e maior igualdade no horizonte da próxima década.



PORTUGAL
2030

ACORDO DE PARCERIA | Alinhamento com a Estratégia 2030

A Estratégia Portugal 2030 está estruturada em torno de quatro agendas temáticas centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal no horizonte de 2030:

Agenda 1

As Pessoas Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade

- 1.1 Sustentabilidade demográfica
- 1.2 Promoção da inclusão e luta contra a exclusão
- 1.3 Resiliência do sistema de saúde
- 1.4 Combate às desigualdades e à discriminação

OP4 Europa + social

Agenda 2

Inovação, Digitalização e Qualificações como motores do desenvolvimento

- 2.1 Promoção da sociedade do conhecimento
- 2.2 Inovação empresarial
- 2.3 Qualificação dos recursos humanos
- 2.4 Qualificação das instituições

OP1 Europa + Inteligente
OP4 Europa + social

Agenda 3

Transição climática e sustentabilidade dos recursos

- 3.1 Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética
- 3.2 Tornar a economia circular
- 3.3 Reduzir os riscos e valorizar os ativos ambientais
- 3.4 Agricultura e florestas sustentáveis
- 3.5 Economia do mar sustentável

OP2 Europa + verde
OP5 Europa + próxima

Agenda 4

Um país competitivo externamente e coeso internamente

- 4.1 Competitividade das redes urbanas
- 4.2 Competitividade e coesão na baixa densidade
- 4.3 Projeção da faixa atlântica
- 4.4 Inserção territorial mercado ibérico

OP1 Europa + Inteligente
OP2 Europa + verde
OP3 Europa + conectada
OP4 Europa + social
OP5 Europa + próxima

Objetivos
do
PT2030



PORTUGAL
2030

ACORDO DE PARCERIA | Alinhamento com a Estratégia 2030 e PRR

A Estratégia Portugal 2030 conta com cerca de 40 mil M€ de recursos de Fundos Europeus, entre Portugal 2030 e PRR:

ESTRATÉGIA 2030 Agendas temáticas	Portugal 2030		PRR		Total PRR+PT 2030	
	M€	%	M€	%	M€	%
TOTAL	22 995	100%	16 644	100%	39 639	100%
As Pessoas Primeiro: Um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade	3 479	15%	5 236	31%	8 716	22%
Digitalização, Inovação e Qualificações como Motores do Desenvolvimento	8 705	38%	6 397	38%	15 102	38%
Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos	4 983	22%	4 187	25%	9 170	23%
Um País Competitivo Externamente e Coeso Internamente	5 135	22%	823	5%	5 958	15%
AT - Assistência Técnica	693				693	

Nota: As concentrações temáticas associadas às alterações climáticas são atingidas através de contributos da generalidade das agendas temáticas da Estratégia 2030.



PORTUGAL
2030

ACORDO DE PARCERIA | O PT 2030 de acordo com as Agendas Temáticas da Estratégia 2030

						M€
Objetivo Estratégico	Agenda 1 As Pessoas Primeiro: Um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade	Agenda 2 Digitalização, Inovação e Qualificações como Motores do Desenvolvimento	Agenda 3 Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos	Agenda 4 Um País Competitivo Externamente e Coeso Internamente	Total	
OP1 Europa + Inteligente		4 718		577	5 295	
OP2 Europa + verde			4 759	613	5 372	
OP3 Europa + conectada				1 955	1 955	
OP4 Europa + social	3 479	3 986		423	7 888	
OP5 Europa + próxima			224	1 567	1 791	
Assistência Técnica					693	
Total	3 479	8 705	4 983	5 135	22 995	
	15%	38%	22%	22%	100%	
PRR	5 236	6 397	4 187	823	16 644	
	31%	38%	25%	5%	100%	
Portugal 2030 + PRR	8 716	15 102	9 170	5 958	39 639	
	22%	38%	23%	15%	100%	



PORTUGAL
2030

ACORDO DE PARCERIA | Alinhamento com o PRR

O Portugal 2030 está igualmente alinhado com as componentes do **Plano de Recuperação e Resiliência** português. A mobilização conjugada dos financiamentos previstos permite uma capacidade reforçada de transformar a economia, a sociedade e o território de Portugal:

Acordo de Parceria 2021-2027	Plano de Recuperação e Resiliência																			
	RESILIÊNCIA									TRANSIÇÃO CLIMÁTICA						TRANSIÇÃO DIGITAL				
	C01	C02	C03	C04	C05	C06	C07	C08	C09	C10	C11	C12	C13	C14	C15	C16	C17	C18	C19	C20
OP1 Uma Europa mais inteligente																				
OP2 Uma Europa mais verde																				
OP3 Uma Europa mais conetada																				
OP4 Uma Europa mais social																				
OP5 Uma Europa mais próxima																				



PORTUGAL
2030

ACORDO DE PARCERIA | Alinhamento com Outros Instrumentos

O Portugal 2030 é complementado por outros instrumentos europeus de apoio ao desenvolvimento económico e social de gestão centralizada na Comissão Europeia:

Acordo de Parceria 2021-2027	Outros financiamentos europeus relevantes												
	InvestEU	CEF	Horizonte Europa	Digital Europa	Programa Espacial da UE	PARE/IAT	Single Market Programm	Erasmus+	Programa Saúde	FAMI	Programa LIFE	PEPAC	IPCEI
OP1 Uma Europa mais inteligente	■		■	■	■	■	■					■	■
OP2 Uma Europa mais verde	■		■			■					■	■	■
OP3 Uma Europa mais conetada	■	■				■							
OP4 Uma Europa mais social	■			■		■		■	■	■			
OP5 Uma Europa mais próxima												■	



PORTUGAL
2030

ACORDO DE PARCERIA | Princípios

Tal como definido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2020, de 13 de novembro, o Portugal 2030 tem como princípios orientadores:

Concentração

Concentrar o apoio dos fundos europeus num número limitado de domínios estratégicos e tipologias de intervenção por forma a maximizar o seu impacto nas dimensões económica, social, ambiental e territorial, evitando a pulverização dos apoios e estimulando uma mobilização mais eficiente de recursos

Simplificação

Continuar a reduzir custos associados à gestão e prazos, refletida numa redução nos níveis de programação; encurtar a cadeia de intermediação processual, eliminando etapas que não acrescentam valor; optar por custos simplificados; reduzir e simplificar as interações dos promotores com o sistema

Orientação para resultados

Assegurar que a aplicação dos fundos europeus está centrada nos resultados a atingir, com base na contratualização dos mesmos, aprofundando os mecanismos de apropriação e responsabilização dos beneficiários, através da consolidação das práticas de condicionar incentivos à efetiva obtenção de resultados

Abertura à inovação

Implementar projetos-piloto e abordagens territoriais inovadoras em domínios financiados pelos fundos europeus, demonstrando resultados de eficiência e eficácia nas políticas públicas



PORTUGAL
2030

ACORDO DE PARCERIA | Princípios (cont.)

Transparência e prestação de contas

Aplicar à gestão dos fundos europeus boas práticas de informação pública dos apoios a conceder e concedidos e de avaliação dos resultados obtidos, através do Portal da Mais Transparência

Subsidiariedade

Descentralizar os processos, adotando as decisões ao nível em que for mais eficiente fazê-lo; no caso das agendas territoriais, fazer coincidir o correspondente nível territorial de decisão das políticas com o nível de decisão dos financiamentos

Segregação das funções de gestão e de prevenção de conflitos de interesse

Subordinar o modelo de gestão dos fundos europeus ao primado da separação rigorosa de funções de análise e decisão, de pagamento, da função contabilística e de auditoria e controlo

Sinergias entre fontes de financiamento nacionais e comunitárias

Assegurar, quer na dimensão de programação estratégica e orçamental, quer na vertente de acompanhamento e avaliação, uma visão global dos recursos mobilizados ao serviço da Estratégia



PORTUGAL
2030

ACORDO DE PARCERIA | Programas Operacionais

O Portugal 2030 é mobilizado através dos seguintes **Programas Operacionais**:

4 PO Temáticos

PO Demografia e inclusão

Financiado pelo FSE+. Dá cumprimento quase integral ao OP 4, com intervenção alargada nos domínios das Políticas Ativas de Emprego, da Educação e Formação Profissional e Superior, da Inclusão Social e da Igualdade. Abrange as regiões menos desenvolvidas do Continente, à exceção no apoio aos mais carenciados, em que apoia também Lisboa e Algarve.

PO Transição climática e sustentabilidade dos recursos

Financiado pelo Fundo de Coesão. De âmbito nacional, visa a transição climática, ações que promovem a biodiversidade e sustentabilidade dos recursos e a mobilidade urbana, objetivos enquadrados no OP 2. Integra também os principais investimentos no domínio dos Transportes, designadamente da ferrovia do OP3.

PO Inovação e transição digital

Financiado pelos Fundos FEDER e FSE+. Dirige-se às regiões menos desenvolvidas do Continente e dá cumprimento, principalmente ao OP 1, apoiando a digitalização, a inovação e I&D e a internacionalização das empresas e das instituições de interface e do sistema científico. Apoia ainda as empresas no OP 2 e no OP4, em projetos de descarbonização e de formação de ativos, respetivamente.

PO Mar

Financiado pelo FEAMPA. Visa potenciar os investimentos na área do Mar e contribui em particular para o OP 2 e, com menor expressão, para o OP 5, onde se incluem as estratégias de desenvolvimento local. Atua em todo o território nacional.



PORTUGAL
2030

ACORDO DE PARCERIA | Programas Operacionais

Correspondendo às NUTS II, são implementados **sete PO Regionais**:



Os PO de natureza regional mobilizam a generalidade dos OP através do FEDER e do FSE, com particular destaque para os OP5, OP2 e OP1. Estes PO estão particularmente focados nas políticas territoriais, incluindo também os Planos Territoriais para uma Transição Justa, a ser financiados pelo Fundo para uma Transição Justa.

PO Assistência Técnica

Financiado pelo FEDER e pelo FSE. De abrangência nacional, visa implementar ações de capacitação das entidades envolvidas na coordenação e gestão dos fundos, incluindo monitorização, avaliação, comunicação, sistemas de informação e controlo. Dará especial ênfase ao financiamento do Roteiro para a capacitação do ecossistema dos Fundos Europeus. Para além do PO AT, cada PO terá um eixo dedicado à assistência técnica.

PO Cooperação Territorial Europeia

No âmbito do objetivo da Cooperação Territorial Europeia, Portugal participa num conjunto de Programas Operacionais, que estão em processo de programação e negociação, em parceria com os outros Estados Membros relevantes, nas vertentes transfronteiriça, transnacional e regiões ultraperiféricas, e com os outros Estados Membros e a Comissão Europeia, na vertente interregional.



PORTUGAL
2030

2.

Principais Opções Programáticas



PORTUGAL
2030

2.

OP1 Portugal + Inteligente





PORTUGAL
2030

OP1 Portugal + Inteligente | Contexto e Diagnóstico

Nas últimas duas décadas, Portugal registou **progressos no seu perfil de especialização e no modelo de crescimento da economia**:

Grau mais elevado de internacionalização das empresas e maior abertura da economia ao exterior

Crescimento do peso das despesas em I&D no PIB, especialmente no investimento privado

Maior capacidade de inovação

Maior flexibilidade e simplicidade de acesso a serviços públicos

Melhoria das qualificações da população ao serviço das empresas

Alargamento e diversificação institucional do SCTN

Avanço na simplificação administrativa e licenciamento e evolução positiva na relação digital com os serviços públicos



PORTUGAL
2030

OP1 Portugal + Inteligente | Contexto e Diagnóstico

Mantêm-se, no entanto, alguns constrangimentos:

Especialização produtiva e exportações ainda concentradas em produtos de baixa e média baixa tecnologia e fraca intensidade de conhecimento

Predominância de **empresas de pequena** dimensão sem escala competitiva de âmbito internacional, com modelos de negócio pouco sofisticados

Elevado **endividamento** limitador da capacidade das empresas de assumirem níveis acrescidos de esforço financeiro

Mercado de capitais com um grau de maturidade insuficiente, com falta de oferta de soluções suficientemente diversificadas, designadamente para investimentos de risco mais elevado

Reduzida valorização económica do conhecimento produzido e a sua insuficiente tradução na capacidade de penetração nos mercados externos

Insuficiente **investimento das empresas em I&D**, reduzida **cooperação entre os atores do Sistema Nacional de I&I** e destes com as empresas

Baixo número de **investigadores e doutorados a trabalhar para as empresas**

Desajustamento das **competências dos recursos humanos** (incluindo gestores e empresários) para a transformação estrutural, em particular entre os ativos adultos, nas áreas emergentes e face às necessidades futuras do mercado

Custos de contexto da atividade empresarial ainda significativos, com margens de progresso em termos de simplificação e desburocratização dos serviços públicos

Défices de **cobertura territorial de infraestruturas de suporte à competitividade**



PORTUGAL
2030

OP1 Portugal + Inteligente | Principais áreas de Programação

Desenvolver e melhorar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas

Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, empresas, entidades de investigação e autoridades públicas

Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego em PME, inclusive através de investimento produtivo

Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo

Melhorar a conectividade digital



PORTUGAL
2030

OP1 Portugal + Inteligente | Principais áreas de Programação

Desenvolver e melhorar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas

- **Reforço da base de conhecimento científico e tecnológico**, através da aposta na I&D e no reforço do Sistema Científico e Tecnológico Nacional
- **Reforço do Sistema Científico e Tecnológico**, através da melhoria das condições das entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, mantendo e reforçando a rede qualificada de infraestruturas científicas e tecnológicas e a sua articulação com outros atores relevantes
- **Produção, transferência e incorporação de conhecimento e tecnologia**, potenciando a valorização económica dos resultados de I&D&I, o incremento do nível de transformação de resultados em projetos empresariais, envolvendo uma maior interação e articulação entre as entidades do Sistema de I&D&I e o tecido empresarial na produção e transferência de conhecimento e de tecnologia
- **I&D&I empresas e Sistema Científico e Tecnológico** (incluindo o desenvolvimento de investimentos em cascata), reforçando a intensidade de I&D&I nas empresas e a sua valorização económica
- **Cooperação entre não PME e PME em atividades de I&D**, reforçando a cooperação e transferência de conhecimento e tecnologia entre empresas

Exemplos de medidas de política:

Apoios à Criação de Conhecimento Científico e Tecnológico (incluindo apoio aos equipamentos científicos [*research facilities*])

Instrumentos:

Apoio à Investigação Científica e Tecnológica
Sistema de Incentivos
Ações Coletivas
Apoios a infraestruturas científicas e tecnológicas



PORTUGAL
2030

OP1 Portugal + Inteligente | Principais áreas de Programação

Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, empresas, entidades de investigação e autoridades públicas

Iniciativas coletivas de qualificação e capacitação do tecido produtivo :

- Generalizar i4.0, com o intuito de estimular a massificação da partilha de conhecimento, experiências e benefícios da Indústria 4.0 entre empresas, fornecedores tecnológicos e instituições;
- Estimular a inclusão das micro, pequenas e médias empresas na economia digital, designadamente através da adaptação dos modelos de negócios com vista à inserção das PME na economia digital.

Digitalização da Administração Pública:

- Incrementar a capacidade de resposta e a eficiência da Administração Pública e redução dos custos de contexto:
 - Aumentar os serviços públicos digitais oferecidos aos cidadãos, com especial destaque para as regiões rurais, remotas e ultraperiféricas, e para os grupos vulneráveis da população;
 - Otimizar processos na relação entre o Estado e os cidadãos e empresas, de modo a assegurar a simplificação, qualificação, racionalização e desmaterialização de procedimentos;
 - Valorizar o papel dos dados como inputs para a informação de suporte à tomada de decisão;
 - Melhorar e incrementar as infraestruturas e serviços TIC no âmbito de processos de reestruturação e reenquadramento de sistemas de informação e comunicação;
 - Promover a inovação no setor público, através da implementação de soluções digitais inovadoras, estimulando Compras Públicas de Inovação.

Exemplos de medidas de política:

Apoios à transformação digital na administração pública

Instrumento:
Transformação Digital Administração Pública
Ações Coletivas



PORTUGAL
2030

OP1 Portugal + Inteligente | Principais áreas de Programação

Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego em PME, inclusive através de investimento produtivo

- **Incorporação de tecnologia e conhecimento nas cadeias de produção:**
 - Reforçar o investimento empresarial em processos de inovação produtiva, visando o desenvolvimento de novos produtos e processos;
 - Fomentar a criação de novas empresas e negócios, em particular no que respeita ao empreendedorismo qualificado e tecnológico de elevado valor acrescentado;
 - Formar ativos empregados associados aos projetos apoiados;
- **Capacidade produtiva / Volume de Negócios internacional:**
 - Reforçar o investimento empresarial no aumento dos volumes de produção e na modernização dos processos de fabrico, bem como aumentar o volume de negócios internacional;
 - Fomentar a criação de novas empresas e negócios, em particular em setores internacionalizáveis;
- **Investimento de base territorial, visando a expansão das empresas, aumento da produção nacional e manutenção do emprego**
- **Fatores imateriais de competitividade:**
 - Reforçar a capacitação empresarial das PME através de processos de qualificação e internacionalização;
- **Iniciativas coletivas de qualificação e capacitação do tecido produtivo:**
 - Contribuir para a melhoria do ecossistema envolvente à atividade empresarial, com características imateriais de natureza coletiva ou pública.

Exemplos de medidas de política :

Apoios regionais à expansão da capacidade produtiva das empresas e manutenção do emprego

Instrumentos:

Sistemas de Incentivos
Sistemas de apoio de base territorial alinhados com estratégias regionais e locais
Ações Coletivas
Infraestruturas de apoio à competitividade



PORTUGAL
2030

OP1 Portugal + Inteligente | Principais áreas de Programação

Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo

Este objetivo específico centra-se em incrementar a **capacitação e a concertação das entidades públicas e privadas de suporte à envolvente**, consubstanciando-se na promoção de dinâmicas de cooperação, de coordenação e de funcionamento em rede para a implementação de políticas públicas e estratégias, em particular as RIS3, atuando nas dimensões:

- Ciência e interface entre o tecido científico e a sua envolvente tecnológica
- Empresas e envolvente empresarial
- Intervenientes institucionais e governação de ecossistemas de inovação

A mobilização destas áreas de intervenção concorre para:

- Reduzir falhas de mercado (resultantes de informação assimétrica e de coordenação de atores, públicos e privados, sobretudo em áreas de atividade associadas a vantagens competitivas latentes e emergentes);
- Maior impacto dos projetos apoiados por instrumentos de política enquadrados em diferentes OE, nomeadamente no OE 1.1 onde as RIS constituem condição habilitadora;
- Desenvolvimento quantitativo e qualitativo de processos de descoberta empreendedora, com identificação de projetos suscetíveis de apoio pelos respetivos Programas Operacionais.

Exemplos de medidas de política:

Concertação estratégica e coordenação de atores: iniciativas que visem a coordenação de atores para a atuação conjunta (envolvendo instituições territoriais, de ciência, de produção e transferência de tecnologia e representantes do tecido empresarial) que permita o desenvolvimento de ecossistemas colaborativos



PORTUGAL
2030

OP1 Portugal + Inteligente | Principais áreas de Programação

Melhorar a conectividade digital

- **Apoiar investimentos ligados à expansão das redes de banda larga em áreas de baixa densidade/territórios do interior**, em articulação com as obrigações do leilão 5G, abrangendo territórios de baixa densidade, de modo colmatar a fraca conectividade digital em diversas zonas do país, em particular nas zonas rurais, que permanecem com níveis de acesso pouco adequados a serviços digitais.

Exemplos de medidas de política:

Apoios regionais à instalação de redes de banda larga

Instrumento: Apoio à instalação de redes de banda larga



PORTUGAL
2030

2.

OP2 Portugal + Sustentável





PORTUGAL
2030

OP2 Portugal + Sustentável | Contexto e Diagnóstico

Portugal assumiu o compromisso de transitar para uma **economia neutra em carbono** até 2050, posicionando o país entre os que assumem a liderança no combate às alterações climáticas, no âmbito do Acordo de Paris.

Promover a transição com o pressuposto da valorização do território

Tirar partido dos recursos endógenos renováveis, preservando os ecossistemas e a biodiversidade

Avançar para uma economia circular, sustentável e competitiva, capaz de assegurar uma transição justa

Em linha com o Acordo de Paris e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas

A Península Ibérica apresenta maiores vulnerabilidades e menores oportunidades com as alterações climáticas

Os custos da inação face aos impactos das alterações climáticas assumem uma expressão significativa para Portugal



OP2 Portugal + Sustentável | Contexto e Diagnóstico

Mantêm-se, no entanto, alguns constrangimentos:

Elevados níveis de intensidade carbónica, designadamente no setor dos transportes, da indústria e do setor residencial

Eficiência energética, energias renováveis e armazenamento

Elevada dependência energética das importações de matérias-primas de origem fóssil

Agravamento da magnitude e frequência de fenómenos climáticos extremos, com impactos em todo o território nacional e em diversos setores

Adaptação às alterações climáticas, a prevenção de riscos e a resiliência a catástrofes

Maior necessidade de assentar as decisões em conhecimento, na coordenação e cooperação entre entidades aos diferentes níveis de atuação

Fraca disponibilidade hídrica com expectativa de agravamento da sua escassez agudizado por uma reduzida eficiência dos sistemas de água

Gestão sustentável de água

Aumento dos níveis de reabilitação para melhoria da qualidade dos serviços prestados e da sua gestão e sustentabilidade, bem como maior detalhe ao nível do conhecimento do estado dos sistemas



OP2 Portugal + Sustentável | Contexto e Diagnóstico (cont.)

A baixa produtividade e eficiência conduz a impactos ambientais significativos, quer em termos de emissões de GEE, quer em termos de qualidade do solo, do ar e da água e de perdas económicas

Gestão de resíduos e transição para uma economia circular

Baixa taxa de preparação para a reutilização e reciclagem de resíduos urbanos e na reduzida taxa de cobertura de matérias-primas por materiais recuperados

Necessidade de conservar e proteger todas as componentes da biodiversidade, atingir a integridade dos sistemas ecológicos, as relações rural-urbano e a provisão dos serviços dos ecossistemas

Proteção da natureza e da biodiversidade, nas infraestruturas verdes, em especial no meio urbano, e na redução da poluição

Proceder à ecologização dos espaços urbanos e a continuidade ecológica, restabelecendo a integridade dos sistemas ecológicos, as relações rural-urbano e a provisão dos serviços dos ecossistemas

Descarbonização do setor dos transportes, necessidade de qualificar as alternativas ao transporte individual motorizado

Mobilidade urbana multimodal sustentável

Aceleração da utilização dos modos ativos de transporte, densificando as redes de infraestruturas e reforçando a intermodalidade e integração modal, e investindo na ferrovia, descongestionando a rede ferroviária das áreas metropolitanas



PORTUGAL
2030

OP2 Portugal + Sustentável | Principais áreas de Programação

Eficiência energética e redução das emissões de gases com efeito de estufa

Energias renováveis

Reforço das infraestruturas energéticas, fomento do armazenamento e digitalização das redes de energia

Adaptação às alterações climáticas e prevenção dos riscos de catástrofes

Acesso e a gestão sustentável da água

Transição para uma economia circular e eficiente no uso de recursos

Proteção e a preservação da natureza, biodiversidade e as infraestruturas verdes, incluindo em áreas urbanas, e redução de todos os tipos de poluição

Mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia neutra em carbono

Reforço do potencial económico estratégico da Economia do Mar, assegurando a sustentabilidade ambiental e dos recursos marinhos



PORTUGAL
2030

OP2 Portugal + Sustentável | Principais Áreas de Programação

Eficiência energética e redução das emissões de gases com efeito de estufa

- Pretende-se alcançar quatro grandes objetivos: a descarbonização, a eficiência energética, a transição energética e o aumento da circularidade dos materiais, reduzindo custos e desperdício e assegurando uma maior competitividade. A descarbonização da indústria é em simultâneo uma oportunidade para promover a competitividade, para os custos com o consumo de energia e aumentar o contributo das fontes renováveis e endógenas nos consumos energéticos.
- Pretende-se também alavancar a descarbonização e a transição energética na Administração Pública Local.

Energias Renováveis

- **Diversificação da produção de energia a partir de fontes de energia renovável**
 - Ações, nomeadamente, de desenvolvimento e teste de novas soluções e tecnologias, utilizando exclusivamente fontes de energia de origem renovável (eólica offshore, solar termoelétrico de concentração, aproveitamento geotérmico, oceânica *nearshore* ou *offshore*, redes térmicas urbanas)
- **Autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável**
 - Projetos de autoconsumo coletivo e/ou comunidades de energia renovável e respetivos sistemas de armazenamento de energia e software ou plataformas de gestão inteligente;
 - Projetos inovadores, para testar novas soluções disruptivas, abordagens e modelos de negócio aplicados a projetos de autoconsumo coletivo e/ou comunidades de energia renovável com vista à criação de redes inteligentes.



PORTUGAL
2030

OP2 Portugal + Sustentável | Principais Áreas de Programação

Reforço das infraestruturas energéticas, fomento do armazenamento e digitalização das redes de energia

- Colocar as cidades na linha da frente da descarbonização, reduzindo a **intensidade carbónica do parque de edifícios** (residenciais e comerciais), e usar a energia de forma mais eficiente, assumindo respostas diferenciadas de gestão da procura, redução do consumo e promoção da eficiência energética dos distintos agentes urbanos e, em particular, dos setores público, empresarial e residencial, assim como dos subsistemas de iluminação, mobilidade, gestão da água e de resíduos, incluindo a integração e a utilização de fontes de energia renovável, assegurando a transição para um modelo de baixo carbono e a redução da pegada carbónica dos sistemas urbanos.



PORTUGAL
2030

OP2 Portugal + Sustentável | Principais Áreas de Programação

Adaptação às alterações climáticas e prevenção dos riscos de catástrofes

- **Proteção do litoral:** Será dada prioridade às intervenções estruturais com impacte nos ciclos e sistemas naturais, com foco na reposição sedimentar e nas soluções de adaptação mais ajustadas para a manutenção da nossa linha de costa e a salvaguarda de pessoas e bens. Por outro lado, uma gestão continuada do Litoral não dispensa igualmente conhecimentos técnicos e científicos especializados, nem um sistema global de monitorização.
- **Meios materiais para a proteção civil:** Prevê-se o apoio à aquisição de meios de prevenção e combate a incêndios rurais (viaturas, máquinas, equipamentos, ferramentas manuais e motomanuais), aquisição de equipamentos de proteção individual, Sistemas de apoio à decisão e à supressão de incêndios rurais, prevenção de riscos e promoção da resiliência a catástrofes em meio urbano (equipamentos de socorro aquático, contenção e bombagem para cheias, EPI, viaturas); e a infraestruturas de apoio às entidades com valências e responsabilidades nas fases de prevenção e supressão e socorro da cadeia de processos do SGIFR.
- **Adaptação às alterações climáticas:** A área de intervenção adaptação às alterações climáticas visa aumentar a resiliência e reduzir as vulnerabilidades do território às alterações climáticas, aprofundar o conhecimento e disseminar a informação sobre os efeitos das alterações climáticas e seus impactes no território, nas pessoas e nos diversos setores de atividade.
- **Gestão de recursos hídricos:** A utilização sustentável das águas constitui um verdadeiro desafio para a gestão dos recursos hídricos, tendo em conta os usos atuais e futuros e a sua conjugação com os cenários de alterações climáticas, que passa necessariamente por assegurar uma gestão otimizada da água e o incentivo à eficiência na procura. Os principais objetivos a alcançar são: reforço do conhecimento das massas de água, melhoria da qualidade das massas de água, reabilitação e valorização da rede hidrográfica, minimização de riscos de cheias e inundações, aumento da resiliência aos efeitos das secas, contenção de espécies invasoras; segurança de barragens.



PORTUGAL
2030

OP2 Portugal + Sustentável | Principais Áreas de Programação

Acesso e a gestão sustentável da água

- Depois de uma evolução notável dos serviços de águas, os últimos anos têm-se caracterizado por desafios de fundo ainda por resolver, nomeadamente ao nível da estruturação das entidades gestoras (EG) responsáveis pela prestação dos serviços e da garantia da sustentabilidade dos serviços a longo prazo. Acrescem ainda as respostas aos desafios emergentes das alterações climáticas (escassez, degradação das massas de água, maior risco de ocorrência de inundações), a necessidade de controlo dos poluentes emergentes, a necessidade de maior circularidade e a valorização ambiental e territorial dos serviços.

Transição para uma economia circular e eficiente no uso de recursos

- Reduzir a quantidade de resíduos urbanos recolhidos de forma misturada e aumentar a quantidade de resíduos recolhidos de forma seletiva;
- Promover a qualidade dos materiais recolhidos e incentivar a sua reutilização, conseguir uma maior valorização material, orgânica e energética dos resíduos urbanos, com recuperação dos nutrientes;
- Reduzir a fração residual assente numa gestão mais eficaz e eficiente com o menor impacto no ambiente e na promoção da eficiência de recursos na indústria;
- Aumentar a produtividade da economia e a reintrodução de materiais recuperados nos processos produtivos (sistema de incentivos).



PORTUGAL
2030

OP2 Portugal + Sustentável | Principais Áreas de Programação

Proteção e a preservação da natureza, biodiversidade e as infraestruturas verdes, incluindo em áreas urbanas, e redução de todos os tipos de poluição

- Na área de intervenção da **conservação da natureza, biodiversidade e património natural**, assume-se a importância de estancar a perda de biodiversidade.
- Quanto à proteção do **bem-estar animal** pretende-se contribuir para melhorar qualitativamente a política pública em matéria de bem-estar dos animais de companhia, tornando-a mais eficaz e consentânea com as melhores práticas internacionais.
- No que se refere aos **passivos de áreas mineiras abandonadas** tem como objetivo principal a redução dos passivos ambientais de áreas mineiras, através de intervenções de reabilitação, remediação, recuperação e descontaminação ambiental em locais contaminados classificados como passivos resultantes de atividades mineiras, geograficamente delimitados, atualmente desativados e/ou abandonados.
- A área de intervenção recuperação ambiental de pedreiras em situação crítica visa a proteção de pessoas e bens e do ambiente, através da promoção e execução de medidas com vista à redução de situações de potencial criticidade nas pedreiras.
- Na área de intervenção de monitorização do ar e do ruído, a lógica de intervenção é reduzir os níveis de exposição da população à poluição atmosférica, ao ruído ambiente e a outros riscos ambientais e pressões sobre o ambiente, garantindo uma melhor qualidade de vida, nomeadamente urbana.



PORTUGAL
2030

OP2 Portugal + Sustentável | Principais Áreas de Programação

Mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia neutra em carbono

- Pretende-se fomentar uma mobilidade, incluindo mobilidade suave, sem descontinuidades e soluções inovadoras e inteligentes que promovam a utilização multimodal e que incentivem a descarbonização das cidades com melhoria da qualidade do ar e redução do ruído, e promover o investimento em infraestruturas de transporte pesado em meio urbano e suburbano que conduza à redução da dependência do transporte individual.

Exemplos de medidas de política:

Apoio a investimentos em infraestruturas de transporte pesado de passageiros, em material circulante ferroviário urbano e suburbano e veículos limpos para sistemas BRT – *Bus Rapid Transit*, em eixos com elevados níveis de congestionamento

Elaboração e implementação de Planos Logísticos Urbanos Sustentáveis (PLUS) e desenvolvimento de projetos piloto de organização da logística urbana, com vista à promoção da utilização de modos não poluentes para a distribuição, incluindo a criação de centros de micrologística

Implementação de sistemas de restrição e controlo das cargas e descargas nos centros urbanos (Zonas de Carga de Emissões Zero)

Criação de zonas sem trânsito e/ou zonas de zero emissões

Investimento em soluções de mobilidade ativa nas cidades e sua complementaridade com a rede de transporte público



PORTUGAL
2030

OP2 Portugal + Sustentável | Principais Áreas de Programação

Reforço do potencial económico estratégico da Economia do Mar, assegurando a sustentabilidade ambiental e dos recursos marinhos

No domínio do mar, pretende-se:

- Reforçar as atividades de pesca económica, social e ambientalmente sustentáveis, através de intervenções na frota e em investimentos em Portos de Pesca, Locais de Desembarque, Lotas e Abrigos
- Incorporar tecnologia e conhecimento nas cadeias de produção
- Aumentar a eficiência energética e reduzir as emissões de CO2, mediante a substituição ou modernização dos motores dos navios de pesca
- Renovar a frota promovendo o ajustamento da capacidade de pesca às possibilidades de pesca, designadamente através de cessão definitiva das atividades da pesca de embarcações
- Promover a sustentabilidade dos recursos, sem prejuízo de um nível de vida equitativo, designadamente através de cessação temporária de atividades da pesca de embarcações
- Fomentar o controlo e execução eficientes da pesca, nomeadamente o combate à pesca ilegal não declarada e não regulamentada, bem como promover a existência de dados fiáveis para tomada de decisões com base em conhecimento
- Promover condições igualitárias para produtos piscatórios e aquícolas provenientes de regiões ultraperiféricas



PORTUGAL
2030

OP2 Portugal + Sustentável | Principais Áreas de Programação

Reforço do potencial económico estratégico da Economia do Mar, assegurando a sustentabilidade ambiental e dos recursos marinhos (cont.)

- Contribuir para a proteção e recuperação da biodiversidade aquática e dos ecossistemas, criação, monitorização e gestão das áreas marinhas protegidas, recolha de lixo marinho e ou de remoção de artes de pesca perdidas, refortalecimento dos ecossistemas marinhos lagunares na costa continental portuguesa, gestão, monitorização, restauração e acompanhamento de sítios NATURA 2000
- Incrementar a competitividade da produção aquícola, promovendo igualmente a segurança alimentar
- Reforçar a competitividade das PME da indústria da transformação dos produtos da pesca e da aquicultura, promover a qualidade e valor acrescentado dos produtos da pesca e da aquicultura
- Reforçar a comercialização e a internacionalização dos produtos da pesca e da aquicultura
- Reforçar a governação internacional dos oceanos e promover mares e oceanos seguros, protegidos, limpos e geridos de forma sustentável
- Reforçar a gestão sustentável dos mares e dos oceanos através da promoção do conhecimento do meio marinho, da vigilância marítima ou da cooperação entre os serviços de guarda costeira



PORTUGAL
2030

2.

OP3 Portugal + Conectado





Ferrovias

Contexto

- A procura pelo meio ferroviário tem vindo a crescer, com evoluções positivas na quota modal do transporte de mercadorias (13% em 2019), apesar de ainda se encontrar abaixo da média europeia (17,6%)
- A quota modal do transporte ferroviário de passageiros em Portugal é inferior à da União Europeia, 4,6% versus 8% (2019), respetivamente
- Portugal mantém uma densidade de rede ferroviária inferior à da União Europeia, seja em km da rede por km² ou por habitante, com níveis de cobertura e acessibilidade territorial muito ligados aos principais centros urbanos do país (ainda que se observem algumas assimetrias nos padrões de serviço prestados aos passageiros)
- Em termos de segurança, apesar dos investimentos na redução do nº de passagens de nível (menos 36 face a 2013), o nível de segurança da rede ainda é inferior ao da média da União Europeia, a qual acresce a saturação de alguns pontos da rede, nomeadamente junto das duas Áreas Metropolitanas

Constrangimentos

- Existência de troços por eletrificar mantendo disrupções nos modelos produtivos dos operadores
- Congestionamento de troços de elevada procura e infraestruturas deficitárias face às necessidades de mobilidade das populações das principais áreas metropolitanas
- Rede Ferroviária Nacional com 834 Passagens de Nível (PN) em 2019
- Sistema de sinalização na maioria da Rede Ferroviária Nacional em fim de ciclo de vida e ATP (*Automatic Train Protection*) com elevado nível de obsolescência
- Insuficiência e obsolescência do material circulante



Ferrovias

- Eletrificar e reabilitar os troços de via ainda não eletrificados, permitindo o abandono da operação com comboios Diesel nos poucos serviços onde esta opção ainda existe, substituindo-os por comboios elétricos com melhor desempenho ambiental, maior velocidade, melhor conforto para os passageiros e custos de operação mais baixos, potenciando a descarbonização do transporte ferroviário
- Modernizar a infraestrutura, incluindo a duplicação da via e a ampliação de estações e terminais de modo a eliminar os estrangulamentos de capacidade existentes nas duas Áreas Metropolitanas do país, permitindo a disponibilização de canais e o consequente o aumento da oferta, quer de serviços urbanos, quer de serviços interurbanos, potenciando a transferência modal nas regiões mais densamente povoadas
- Construir novos troços, incluindo variantes a traçados atuais, de forma a garantir uma velocidade média de circulação mais homogénea ao longo da linha
- Modernizar o sistema de sinalização e comunicações através da migração para o Sistema Europeu de Gestão de Tráfego Ferroviário (ERTMS), para o Sistema europeu de controlo dos comboios (ETCS) e para o Sistema Global de Comunicações Móveis para ambiente Ferroviário (GSM-R)
- Suprimir passagens de nível, melhorar atravessamentos em estações, instalar sistemas de rádio comunicações em veículos ferroviários e renovar e reabilitar os ativos da rede ferroviária, adaptando a infraestrutura e equipamentos para níveis de qualidade e segurança adequados; Adquirir material circulante novo e de tração elétrica e bi-modal, que garanta condições de segurança e conforto aos passageiros e que adaptado às características da rede ferroviária nacional, designadamente no que respeita à eletrificação da mesma



Contexto

- O setor marítimo-portuário tem vindo a afirmar-se a nível mundial ao longo das últimas décadas absorvendo uma maior fatia do comércio internacional
- As características fundamentais deste desenvolvimento, têm sido a existência de mais carga, mais carga contentorizada, navios cada vez maiores, mais navios em trânsito, desenvolvimento crescente de *hubs* portuários com capacidade de funcionar como plataformas de *transshipment* e como plataformas multimodais, com *hinterlands* cada vez mais vastos, com maior incorporação de automatismos e crescente digitalização da operação, com tempos de rotação e operação cada vez mais exigentes, sendo cada vez mais frequentes as necessidades de disponibilidade
- A pegada carbónica, ainda muito relevante e a necessidade de reestruturação multidimensional inerente a uma alteração do status nesta matéria é um desafio para o setor.

Constrangimentos

- Infraestrutura incapaz de atender em termos de capacidade às novas exigências de serviço face ao aumento da dimensão dos navios
- Infraestrutura incapaz de atender em termos de capacidade ao aumento de volume de tráfego
- Infraestrutura incapaz de patrocinar transferência modal para meios menos poluentes com risco de perda de competitividade por via da forte pegada
- Forte competitividade internacional
- Exigências crescentes ao nível da transição energética de instalações e navios com crescente solicitação de serviços diferenciados no fornecimento de energia elétrica ou de recursos a fontes renováveis para abastecer a atividade portuária e os navios servidos
- Crescentes exigências de resiliência infraestrutural (alterações climáticas)
- Ausência ou evolução limitada da infraestrutura de apoio à digitalização bem como dos próprios processos de gestão digitalizados como um fator crítico de perda de competitividade



Setor Marítimo-Portuário

- Realização intervenções de melhoria das condições de navegabilidade e das acessibilidades marítimas e portuárias (reforço da capacidade, competitividade e resiliência)
- Consolidação e reabilitação de molhes e terminais, bem como patrocínio de melhorias tecnológicas na gestão de tráfego (reforço da capacidade, competitividade, transição digital e resiliência)
- Preparação e capacitação dos Portos para a disponibilização de oferta de energia verde, de *Onshore Power Supply* e para a operação de energias de transição (desenvolvimento da transição energética com reforço da competitividade e redução dos impactos ambientais)
- Intervenções de reforço da capacidade portuária com foco em vias navegáveis, terminais e zonas logísticas que promovam a transferência modal (reforço da capacidade, patrocínio da transferência modal, reforço da competitividade e da redução da pegada ecológica na cadeia logística)
- Expansão e requalificação das acessibilidades às infraestruturas logísticas associadas aos portos, bem como à infraestrutura ferroviária (reforço da capacidade, patrocínio da transferência modal, reforço da competitividade e da redução da pegada ecológica na cadeia logística)
- Atualização e expansão das capacidades digitais instaladas nas infraestruturas portuárias (reforço da capacidade de concretização da transição digital e aumento da resiliência e segurança digital)



PORTUGAL
2030

2.

OP4 Portugal + Social



PORTUGAL
2030

OP4 Portugal + Social | Contexto e Diagnóstico

Portugal registou grandes progressos em matéria social, com forte contributo dos fundos europeus, na melhoria das qualificações, na cobertura de serviços sociais e promoção da inclusão social, mas persistem vulnerabilidades, designadamente um forte desafio demográfico

Persistem fragilidades no domínio das qualificações da população ativa e nos jovens NEET

Metade da população portuguesa não possui as competências digitais básicas e 30% não tem quaisquer competências digitais

No mercado de trabalho, a crise pandémica trouxe um clima de incerteza, em particular no emprego jovem e nos setores mais afetados pelas transições climática e digital

No domínio da inclusão social, a situação de crise gerada pela pandemia agravou os impactos na pobreza e nas desigualdades

Pessoas com deficiência ou incapacidades, migrantes ou minorias étnicas apresentam maiores défices de competências profissionais e dificuldades de inserção



OP4 Portugal + Social | Contexto e Diagnóstico

PORTUGAL
2030

Mantêm-se, no entanto, alguns constrangimentos:

Desemprego jovem persistente (presença relevante de NEET), segmentação do mercado de trabalho e precariedade laboral

Emprego

Baixa natalidade, redução da população em idade ativa e envelhecimento demográfico. Desigualdade de género que se reflete em desigualdades salariais e de progressão na carreira

Persistência do insucesso escolar e de percursos de qualificação incompletos; baixas qualificações e reduzidas competências digitais da população ativa

Qualificação

Pouca diversidade de ofertas no superior mais adaptadas a estudantes provenientes dos cursos profissionais; Reduzido nº de diplomados do ensino superior na área das ciências e das tecnologias da informação

Desigualdade, exclusão e discriminação de grupos vulneráveis, incluindo a sua inserção no mercado de trabalho; Persistência do fenómeno da violência doméstica e de género

Inclusão Social

Envelhecimento demográfico; Dificuldade no acesso à habitação; Risco de pobreza e exclusão, em particular de crianças, jovens e idosos



PORTUGAL
2030

OP4 Portugal + Social | Principais áreas de Programação

FSE +

Melhorar o acesso ao emprego e as medidas de ativação de todos os que procuram emprego, em particular os jovens

Promover uma participação equilibrada de género no mercado de trabalho

Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários no quadro das transições digital e climática

Promover a igualdade de acesso e a conclusão de uma educação e formação inclusiva e de qualidade

Promover a aprendizagem ao longo da vida

Promover a inclusão ativa com vista a incentivar a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa e a melhoria da empregabilidade

Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis

Combater a privação material através da distribuição de alimentos e/ou de assistência material de base às pessoas mais carenciadas



PORTUGAL
2030

OP4 Portugal + Social | Principais Áreas de Programação

Melhorar o acesso ao emprego e as medidas de ativação de todos os que procuram emprego, em particular os jovens

- Promover a transição estável de jovens para a vida ativa
- Combater a precariedade e segmentação do mercado de trabalho, através de apoio à contratação permanente
- Melhorar medidas de ativação para candidatos a emprego
- Promover uma adequação entre oferta e procura no Mercado de Trabalho
- Garantir uma assistência mais personalizada face à diversidade de problemáticas e públicos
- Responder em tempo útil para evitar Desemprego de Longa Duração
- Apostar na capacitação dos parceiros sociais, incluindo da economia social
- Promover a mobilidade geográfica para territórios menos densamente povoados

Exemplos de medidas de política:

Incentivos à contratação

Estágios profissionais

+CO3SO e mobilidade dos trabalhadores para o interior

Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) e incubadoras sociais de emprego



PORTUGAL
2030

OP4 Portugal + Social | Principais Áreas de Programação

Promover uma participação equilibrada de género no mercado de trabalho, a igualdade nas condições de trabalho, e um melhor equilíbrio entre vida profissional e familiar

- Combate à segregação de género e redução da disparidade salarial
- Combater estereótipos de género
- Fomentar uma participação mais equilibrada das mulheres e dos homens na sociedade
- Promover a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional

Exemplos de medidas de política:

Medidas de promoção da igualdade de género no trabalho, de combate à segregação profissional e de redução da disparidade salarial

Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários no quadro das transições digital e climática

- Reforçar as qualificações no âmbito da atividade empresarial, incluindo os empresários e gestores e da administração pública
- Adaptação dos ativos empregados à mudança

Exemplos de medidas de política:

”Formação-Ação”
Formação Qualificante para empresários e quadros de gestão
Licenças de Formação
Formação de ativos empregados
Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados



PORTUGAL
2030

OP4 Portugal + Social | Principais Áreas de Programação

Promover a igualdade de acesso e a conclusão de uma educação e formação inclusiva e de qualidade

- Promover mecanismos de ativação e sinalização de jovens NEET p/encaminhamento p/medidas de educação / formação (EF)
- Manter a aposta nas vias de formação de jovens de nível secundário de dupla certificação (e.g. cursos profissionais e de aprendizagem), pelo seu papel chave na prevenção do abandono escolar precoce e na qualificação de quadros intermédios para o mercado de trabalho, sem prejuízo da possibilidade de poderem prosseguir de imediato estudos para o ensino superior
- Aumentar as qualificações digitais, alinhando a formação com as necessidades
- Aprofundar autonomia e flexibilidade curricular, modernização pedagógica e inovação das aprendizagens, promovendo o sucesso escolar
- Promover a formação contínua de professores e outros agentes de EF p/ suporte à transição digital
- Aposta em formação para resposta a necessidades de um mercado de trabalho em mudança
- Reforçar os Serviços Psicologia e Orientação
- Promover a cultura científica

Exemplos de medidas de política:

Cursos Profissionais

Cursos de Especialização tecnológica (CET)

Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) e cursos de curta duração

Formação contínua de docentes, formadores, tutores da FCT e outros profissionais do sistema



PORTUGAL
2030

OP4 Portugal + Social | Principais Áreas de Programação

Promover a aprendizagem ao longo da vida

- Aposta em novas competências para o mercado de trabalho (upskilling e reskilling)
- Competências digitais e alinhadas com as novas profissões alinhadas com as transições climática e digital
- Valorização das qualificações profissionais, em particular em setores estratégicos
- Reconverter quadros com qualificações desajustadas face à evolução do tecido produtivo, licenciados apostando na oferta de formações curtas de nível superior (pós-graduação de âmbito multi institucional, e em consórcios de IES, instituições de I&D, empresas e Administração Pública) e outras ofertas de nível intermédio para esse efeito
- Calibrar o ajustamento entre procura e oferta, tornando a educação dos adultos mais adequada às necessidades do Mercado de Trabalho (MT)
- Melhorar metodologias de organização dos cursos para adultos

Exemplos de medidas de política:

Formações modulares certificadas (adultos)

Vida Ativa

Educação e Formação de Adultos

Licenças para a formação e qualificação dos trabalhadores

Centros Qualifica



PORTUGAL
2030

OP4 Portugal + Social | Principais Áreas de Programação

Promover a inclusão ativa com vista a incentivar a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa e a melhoria da empregabilidade

- Integração de grupos vulneráveis no mercado de trabalho incluindo em lógicas de intervenção territorializada e em atividades de relevância social, incluindo as pessoas com deficiência ou incapacidades
- Formação de base qualificante, incluindo em competências digitais básicas ou mais do que básicas
- Promoção da participação ativa, igualdade de oportunidades e não discriminação dos grupos vulneráveis
- Promover a integração de migrantes, refugiados e minorias étnicas
- Promover a aprendizagem do Português para falantes de outras línguas
- Reforçar aposta no combate à violência doméstica e de género e às discriminações, em particular em razão da idade, raça ou etnia, etc.
- Promover o combate à violência doméstica e de género e às discriminações, em particular em razão da idade, raça ou etnia, etc.
- Prosseguir a aposta na promoção de projetos de inovação social capazes de promoverem uma mais eficaz e eficiente inclusão de todos

Exemplos de medidas de política:

Cursos de Educação e Formação de Adultos

Integração de grupos vulneráveis no mercado de trabalho, incluindo no âmbito do Mercado Social de Emprego

Inclusão ativa para pessoas com deficiência ou incapacidades

Inclusão ativa de migrantes, refugiados, requerentes de asilo e minorias étnicas, pessoas em situação de sem abrigo

Formação de públicos estratégicos

Inovação e experimentação social, incluindo grupos vulneráveis da sociedade (e.g. sem abrigo; pessoas com deficiência)

Cultura para todos



PORTUGAL
2030

OP4 Portugal + Social | Principais Áreas de Programação

Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis

Igualdade de acesso a serviços de educação desde o pré-escolar ao ensino superior

- Apostar numa intervenção precoce (creche, pré-escolar, com forte incidência no ensino básico)
- Reforçar medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão através de recursos e apoios especializados, para retoma das aprendizagens, sem estigmatização
- Proporcionar, com outras entidades da comunidade, atividades e espaços não escolarizados de socialização e integração
- Fomentar o apoio escolar e ao estudo a crianças e jovens com mais dificuldades
- Investir na literacia científica

Envelhecimento ativo, estilos de vida saudável e prevenção de doenças

- Iniciativas futuras a alinhar com a Estratégia Portugal 2030, Estratégia nacional para o envelhecimento ativo e saudável
- Promoção da literacia em saúde

Exemplos de medidas de política:

Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI)

Apoios a estudantes do ensino superior

Promoção do sucesso escolar e combate às desigualdades

Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP)

Centros de Atendimento (CNAIM) e estruturas de acompanhamento e apoio especializado a migrantes e populações em situação de vulnerabilidade social

Requalificação das infraestruturas de ensino superior de forma a responderem aos desafios das transições climática e digital



PORTUGAL
2030

OP4 Portugal + Social | Principais Áreas de Programação

Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis (cont.)

- **Aumentar a qualidade e diversificar a provisão dos serviços sociais, de saúde e habitação, com particular incidência nas áreas das pessoas com deficiência, violência Doméstica de Género, bem como na promoção e proteção crianças e jovens em perigo incluindo no sentido da sua desinstitucionalização**
 - Reforçar e promover as qualificações/competências de profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo, e do Sistema de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI)
 - Melhorar sistemas de sinalização precoce de riscos e intervenção preventiva através de respostas integradas
 - Abordagens abrangentes de desinstitucionalização.
- **Abordagens territoriais para a inclusão**
 - Garantir complementaridades FSE com intervenções FEDER, e.g. capacitação dos profissionais dos setores, bem como no suporte comunitário, formação, emprego dos públicos vulneráveis
 - Dinamização de intervenções multisectoriais e integradas, em parceria, para promover a inclusão do indivíduos, combatendo fenómenos de pobreza e exclusão social específicos de territórios vulneráveis

Exemplos de medidas de política:

Centros de Atendimento e estruturas de acompanhamento e apoio especializado a migrantes e populações em situação de vulnerabilidade social

Qualificação de públicos estratégicos para a cidadania e inclusão

Qualificação do sistema nacional de intervenção precoce na infância

Qualificação do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo e promoção da desinstitucionalização

Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)



PORTUGAL
2030

OP4 Portugal + Social | Principais Áreas de Programação

Combater a privação material através da distribuição de alimentos e/ou de assistência material de base às pessoas mais carenciadas, incluindo às crianças, e proporcionar medidas de acompanhamento para a sua inclusão social

- Distribuição direta e indireta de apoio alimentar e bens de primeira necessidade
- Promover medidas de inclusão social para os destinatários da assistência material de base

Exemplos de medidas de política:

Capacitação dos destinatários

Distribuição direta e indireta de apoio alimentar e bens de primeira necessidade



PORTUGAL
2030

OP4 Portugal + Social | Principais áreas de Programação (cont.)

FEDER

Melhorar a igualdade de acesso a serviços inclusivos e de qualidade na educação, formação e aprendizagem ao longo da vida

Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde e promover a resiliência dos sistemas de saúde, incluindo cuidados de saúde primários, e a promoção da transição de cuidados institucionalizados para cuidados baseados na família e de proximidade

Valorizar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, inclusão social e inovação social



PORTUGAL
2030

OP4 Portugal + Social | Principais Áreas de Programação

Melhorar a igualdade de acesso a serviços inclusivos e de qualidade na educação, formação e aprendizagem ao longo da vida

- Apostar em *Power skills* (i.e. *soft skills*, *digital skills*, *art skills*)
- Aprofundar a modernização pedagógica e inovação das aprendizagens, desenvolvendo, também, a vertente *projecção based learning*
- Aposta em dar resposta a necessidades cada vez mais voláteis e imprevisíveis do mercado de trabalho

Exemplos de medidas de política:

Reforçar as infraestruturas de apoio social

Requalificação das infraestruturas pedagógicas



PORTUGAL
2030

OP4 Portugal + Social | Principais Áreas de Programação

Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde e promover a resiliência dos sistemas de saúde, incluindo cuidados de saúde primários, e a promoção da transição de cuidados institucionalizados para cuidados baseados na família e de proximidade

- Reforço das infraestruturas de saúde, abrangendo nomeadamente os centros hospitalares e a aquisição e instalação de equipamentos para melhoria da prestação de serviços de saúde, bem como nos domínios de apoio
- Aumento da capacidade de resposta da rede de serviços hospitalares aos novos desafios epidemiológicos e demográficos, promovendo a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade, incluindo através do recurso às tecnologias de informação e comunicação, visando uma maior abrangência e número de utilizadores
- Ações que visem melhorar a qualidade de diagnóstico e tratamento de unidades hospitalares

Exemplos de medidas de política:

Aquisição de equipamentos de tecnologia avançada essenciais ao funcionamento de unidades do Serviço Nacional de Saúde



PORTUGAL
2030

OP4 Portugal + Social | Principais Áreas de Programação

Valorizar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, inclusão social e inovação social

- Incrementar a escala, diferenciação e sustentabilidade da atividade de criação e difusão cultural e do seu setor profissional
- Contribuir para a formação e consolidação de comunidades criativas no território, apostando em fatores de diferenciação local/regional
- Colmatar lacunas de formação artística em áreas de maior potencial de mercado e promover os interfaces entre artes/tecnologias/indústrias/ambiente
- Qualificar e promover a regularidade de eventos de animação cultural do território, destinos, patrimónios e produtos turísticos
- Internacionalizar ativos e ofertas culturais e turísticas e incrementar os seus proveitos
- Promover a digitalização dos setores cultural, criativo e turístico
- Posicionar as regiões, enquanto territórios criativos, destinos turísticos culturais de excelência e “*film destination*”

Exemplos de medidas de política:

Programas integrados de promoção da cultura e da criatividade territorial

Programas de marketing, digitalização, promoção e valorização dos destinos e produtos turísticos regionais

Promoção do património cultural e dos serviços culturais

Programas para a qualificação, desenvolvimento e promoção do património natural



PORTUGAL
2030

2.

OP5 Portugal + Próximo





PORTUGAL
2030

OP5 Portugal + Próximo | Principais Áreas de Programação

Instrumento Territorial Integrado CIM (ITI CIM)

Contratos para os Centros Urbanos e respetivos subsistemas territoriais (ITI Centros Urbanos)

Instrumento Territorial Integrado Áreas Metropolitanas (ITI AM)

Abordagens Temáticas e Funcionais (contratualização opcional)

Valorização dos Recursos Endógenos (contratualização opcional)

Parcerias para a Coesão (urbanas e não-urbanas) (contratualização opcional)

Estratégias de desenvolvimento de base local – comunidades piscatórias



Contribuem para o reforço das redes sub-regionais e intermunicipais e enquadram as intervenções transversais de esfera municipal e supramunicipal, com especial foco:

- Na estruturação e provisão de Serviços de Interesse Geral de proximidade;
- Em obras de urbanização - criação e remodelação de infraestruturas destinadas a servir diretamente os espaços urbanos ou as edificações, designadamente arruamentos viários e pedonais, redes de esgotos e de abastecimento de água, eletricidade, gás e telecomunicações, incluindo espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva;
- Na dinamização de recursos territoriais.

Exemplos de medidas de política

- Construção/requalificação de edifícios escolares e equipamentos de saúde primária
- Gestão e valorização do património cultural e natural
- Formas inovadoras de provisão (eg. mobilidade a pedido; móvel e digital nos domínios da educação, saúde, social e cultura; serviços de proximidade promovidos por freguesias)
- Obras de urbanização municipal
- Transição digital na administração pública local
- Ciclo urbano da água (Subinvestimentos em baixa)
- Eficiência energética na administração pública local
- Habitação (habitação social e habitação a custos acessíveis)
- Sistema de Incentivos de base territorial / apoios à criação de emprego (eg +CO3SO emprego)



ITI Centro Urbano

Contratos para os Centros Urbanos e respetivos subsistemas territoriais que contribuem para o reforço da rede urbana e a estruturação do modelo urbano policêntrico e para a afirmação dos domínios de especialização e competitividade, podendo contemplar as seguintes dimensões:

- regeneração urbana;
- mobilidade urbana intermodal;
- estratégias de descarbonização;
- especialização e competitividade;
- competitividade urbana e internacionalização.

Admite, em função da natureza dos projetos e do seu contributo para os resultados, uma abrangência funcional não limitada à dimensão administrativa.

Exemplos de medidas de política:

- Regeneração urbana e Habitação (habitação social e habitação a custos acessíveis)
- Mobilidade suave (ligada a abordagens territoriais intermodais)
- Planos de descarbonização
- Comunidades de energia
- Gestão de resíduos (subinvestimentos em baixa)
- Reforço do papel da cultura, afirmação de Identidade e dos domínios de especialização e internacionalização
- Atração de serviços especializados de apoio ao ecossistema empresarial, de inovação, de talento e estratégias criativas



Contratos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, celebrados com Áreas Metropolitanas (ITI AM), que contribuem para o reforço da hierarquia de rede urbana, para a afirmação dos domínios de especialização e enquadram as intervenções transversais da esfera municipal e supramunicipal, podendo contemplar:

- estruturação e provisão de Serviços de Interesse Geral;
- regeneração urbana;
- estratégias de descarbonização e eficiência energética;
- transportes e mobilidade urbana sustentável;
- competitividade urbana e integração em redes internacionais;
- especialização (e.g digitalização, economia circular e resíduos);
- dimensão ambiental e climática.

Exemplos de medidas de política:

Serviços de Interesse Geral de nova geração (novos modelos de provisão nas áreas da saúde, educação ou sociais); formas inovadoras de provisão

Construção/requalificação de edifícios escolares e equipamentos de saúde primária

Obras de urbanização e regeneração urbana municipal; habitação (social e acessível)

Transição digital na administração pública

Internacionalização, valorização cultural patrimonial, atração de serviços especializados e talentos; Sistema de Incentivos de base territorial / apoios à criação de emprego (eg +CO3SO emprego)

Transportes e Mobilidade urbana sustentável

Eficiência energética na administração pública local / Planos de descarbonização

Ciclo urbano da água; gestão de resíduos; recursos hídricos; corredores verdes



PORTUGAL
2030

OP5 Portugal + Próximo | Principais Áreas de Programação

Abordagens Temáticas e Funcionais

Abordagem com intervenção focada num tema/ território definido, tendo por base uma estratégia coletiva comum.

Pretende reforçar o trabalho em rede, dar escala sub-regional a investimentos e fomentar a mobilização de financiamento de outros OP e de outros fundos.

Estas abordagens temático/funcionais têm uma lógica de contratação opcional.

Constituem intervenções em investimentos estruturantes de interesse comum no âmbito:

- dos subsistemas territoriais a estruturar do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;
- de territórios inter-NUTS II.

Exemplos de medidas de política:

- Reforço do mecanismo multinível e multiescala, procurando, num número limitado de iniciativas, ajustar os recursos e a articulação de intervenções de diversas escalas, de modo a reforçar a qualidade das respostas e a apropriação dos objetivos e resultados
- Mobilização de abordagens estratégicas para intervenções integradas, conferindo respostas temáticas ou funcionais mais ajustadas ao território



PORTUGAL
2030

OP5 Portugal + Próximo | Principais Áreas de Programação

Valorização dos recursos endógenos

- Valorização dos recursos endógenos
- Reforço dos subsistemas económicos
- Valorização de ativos territoriais

Instrumento de contratualização opcional.

Exemplos de medidas de política:

Estratégias de eficiência coletiva que assegurem massa crítica para a estruturação de recursos e a valorização de ativos do território. Manter-se-á o foco do instrumento PROVERE (desenhado com base na articulação de atores em torno de recursos territoriais no período 2007-2013 e ajustado em 2014-2020). A escala deste instrumento pode coincidir com a unidade administrativa NUTS III (modelo contratualizável) ou com lógicas funcionais dos recursos a valorizar (não contratualizável).



Parcerias para a Coesão (urbanas e não-urbanas)

Instrumento novo, de contratualização opcional, focado em intervenções transversais da esfera municipal para a densificação de intervenções e reforço das redes de atores sub-regionais que reforcem a articulação rural/urbano ou urbano/rural.

- ações de parceria entre atores e territórios;
- o reforço da capacitação de atores e territórios para a ação;
- reforço de intervenções que assegurem a articulação e novas formas de provisão de SIG, iniciativas de valorização dos recursos endógenos em meio rural;
- densificação de intervenções no reforço de redes sub-regionais;
- eventual envolvimento dos GAL ou parcerias territoriais (iniciativa das CCDR/Estratégias).

Exemplos de medidas de política:

Parcerias para a Coesão (urbanas)

- Valorização urbana de recursos endógenos (dimensões criativas, mecanismos de inovação e comercialização)
- Dimensões de experimentação social e de inclusão em contexto urbano
- Novas abordagens ao combate ao abandono escolar
- Capacitação de redes e atores de animação social e cultural

Parcerias para a Coesão (não urbanas)

- Respostas inovadoras em termos de garantia de acessibilidade por parte da população aos Serviços de Interesse Geral
- Valorização de recursos endógenos (estruturação de atores e cadeias de valor)
- Dimensões de experimentação social e de inclusão em contexto não urbano
- Novas abordagens ao combate ao abandono escolar
- Capacitação de redes e atores de animação social e cultural
- Reforço de respostas e capacitação de entidades para dinamização do território
- Estruturação de redes de estruturas para reforço da atração do território



PORTUGAL
2030

OP5 Portugal + Próximo | Principais Áreas de Programação

Estratégias de desenvolvimento de base local – comunidades piscatórias

- Criação de uma economia azul sustentável nas regiões costeiras, insulares e interiores
- Fomentar o desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias e de aquicultura

Exemplos de medidas de política:

Execução da Estratégia de Desenvolvimento Local concebida por cada Grupo de Ação Local, através dos seus principais atores

Desenvolver as comunidades costeiras, no âmbito de uma economia azul circular e sustentável, reforçando as suas dinâmicas de diversificação económica, de criação de emprego, de integração no seu ambiente regional, de reforço da atratividade para os jovens, de inclusão social e ambiental, de capacitação e qualificação, de valorização do património cultural e de melhorias ao nível dos recursos endógenos e das práticas de distribuição e comercialização



PORTUGAL
2030

OP5 Portugal + Próximo | Principais Áreas de Programação

Planos Territoriais para uma Transição Justa

O Fundo de Transição Justa é parte do **Mecanismo de Transição Justa**, composto por três pilares, entre os quais o Fundo de Transição Justa.

Após o estudo realizado sobre os impactos da transição nos territórios a intervir (estudo financiado pelo Programa de Apoio às Reformas Estruturais -PARE), **Portugal vai apresentar os seguintes Planos Territoriais para uma Transição Justa:**

- **Alentejo Litoral**, resultante do encerramento da central a Carvão de Sines
- **Médio Tejo**, resultante do encerramento da central a Carvão do Pego
- **Área Metropolitana do Porto**, resultante do encerramento da refinaria de Matosinhos
- **Complexo territorial contínuo das regiões de Leiria/Coimbra/Aveiro** (Centro Litoral), associado aos desafios de transformação de setores de atividade industrial muito intensiva em carbono (ex. vidro e cerâmica)

Exemplos de medidas de política:

Medidas de minimização dos impactos da transição nos trabalhadores e no mercado de trabalho

A adequação das competências dos recursos humanos aos desafios da diversificação e modernização das economias locais

A diversificação da base económica regional, incluindo a promoção da transição energética e climática dos processos produtivos, a inovação e a promoção de fontes de energia renovável



PORTUGAL
2030

3.

Programação Financeira



PORTUGAL
2030

Programação Financeira | Objetivos e Fundos

O Portugal 2030 mobiliza os cinco Fundos, nos 5 Objetivos estratégicos (OP):

Objetivo Estratégico	FEDER	FSE+	FC	FTJ	FEAMPA	Total	M€
OP1 Europa + Inteligente	5 295					5 295	23%
OP2 Europa + verde	3 477		1 568		327	5 372	23%
OP3 Europa + conectada	482		1 473			1 955	9%
OP4 Europa + social	423	7 466				7 888	34%
OP5 Europa + próxima	1 536			224	31,55	1 791	8%
Assistência Técnica	284	311	78		20	693	3%
Total	11 497	7 777	3 119	224	379	22 995	100%
	50%	34%	14%	1%	2%		



PORTUGAL
2030

Programação Financeira | Programas Operacionais e Fundos

Os cinco Fundos distribuem-se pelos 12 Programas Operacionais:

Programa Operacional	FEDER	FSE+	FC	FTJ	FEAMPA	Total	M€
PO Temáticos	3 505	6 091	3 119		379	13 094	57%
Inovação e transição digital	3 505	400	-			3 905	
Transição climática e sustent. dos recursos			3 119			3 119	
Demografia e inclusão		5 691				5 691	
Mar					379	379	
PO Regionais do Continente	6 722	887		224		7 833	34%
Norte	2 973	362		60		3 395	
Centro	1 842	240		90		2 172	
Alentejo	901	130		74		1 104	
Lisboa	319	62				381	
Algarve	687	93				780	
PO Regionais das Regiões Autónomas	1 150	750				1 899	8%
Açores	690	450				1 140	
Madeira	460	300				760	
PO Assistência Técnica	120	49				169	1%
Total	11 497	7 777	3 119	224	379	22 995	100%



PORTUGAL
2030

Programação Financeira | Programas Operacionais e Fundos

Os Programas mobilizam diferentes Objetivos Estratégicos (OP):

Programa Operacional	OP1	OP2	OP3	OP4	OP5	AT	Total	M€
PO Temáticos	2 567	2 710	1 473	5 976	32	336	13 094	57%
Inovação e transição digital	2 567	815		400		123	3 905	
Transição climática e sustentabilidade dos recursos		1 568	1 473			78	3 119	
Demografia e inclusão				5 576		115	5 691	
Mar		327			32	20	379	
PO Regionais do Continente	2 270	2 352	280	1 059	1 724	147	7 833	34%
Norte	1 000	911	95	501	827	61	3 395	
Centro	630	637	105	270	490	40	2 172	
Alentejo	234	340	81	144	287	19	1 104	
Lisboa	170	96	-	55	48	12	381	
Algarve	235	368	-	90	72	15	780	
Total	4 837	5 062	1 753	7 036	1 756	483	20 927	91%
PO Regionais das Regiões Autónomas	458	310	202	853	36	41	1 899	8%
Açores	249	194	127	530	16	23	1 140	
Madeira	209	115	75	322	20	18	760	
PO Assistência Técnica						169	169	1%
Total	5 295	5 372	1 955	7 888	1 791	693	22 995	100%



PORTUGAL
2030

Programação Financeira | Concentrações Temáticas

O Portugal 2030 respeita as regras de concentração temática definidas nos regulamentos comunitários para todos os Estados-membros.

FEDER

- O OP 1 concentra 47,2% do FEDER, acima do limiar de concentração temática, o que reflete a aposta nas empresas e sua envolvente, no conhecimento e na inovação. Contribuem para esta concentração temática o PO Inovação e transição digital e também os PO Regionais.
- No OP2 – “Europa + Verde”, o Portugal 2030 concentra 30,1% do FEDER, sendo o maior contributo proveniente dos PO Regionais (79%), a que acrescem os apoios à descarbonização das empresas veiculados pelo PO Inovação e transição digital e PO Algarve.

	Mínimo	Portugal 2030
OP1 - Europa mais Inteligente (40% do FEDER, excluindo AT e RUP)	4 422	5 216
% do FEDER total	40,0%	47,2%
OP2 - Europa mais verde (30% do FEDER, excluindo AT e RUP)	3 317	3 323
% do FEDER total	30,0%	30,1%



PORTUGAL
2030

Programação Financeira | Concentrações Temáticas

FSE+

- A programação dos apoios à inclusão social concentram 30% do FSE+, cumprindo o limiar de 25 % de concentração temática. Estão presentes sobretudo no PO Demografia e inclusão. Os PO Regionais apresentam um contributo genericamente proporcional à sua dotação de Fundo.
- O apoio às pessoas mais carenciadas corresponde a 3 % do FSE+ e será mobilizado, pelo PO Demografia e inclusão e pelos PO das Regiões Autónomas.

	Mínimo	Portugal 2030
Inclusão Social (25% do FSE, excluindo AT e dotação RUP)	1866	2256
% do FSE total	25,0%	30,2%
Apoio às pessoas mais carenciadas (3% do FSE, excluindo AT e dotação RUP)	224	225
% do FSE total	3,0%	3,0%



PORTUGAL
2030

4.

Principais medidas de reforço da capacidade de gestão



PORTUGAL
2030

Reforço da Capacidade de Gestão

Novos e complexos desafios de programação e implementação exigem maior robustez e preparação das organizações, dos recursos e dos instrumentos



ROTEIRO DE CAPACITAÇÃO DO ECOSISTEMA DOS FUNDOS DA POLÍTICA DE COESÃO

Âmbito :

- ✓ Comissão Europeia (2019), Roteiro para o Reforço da Capacidade administrativa – Guia prático;
- ✓ Relatório do Semestre (2019) – Annex D: Investment Guidance on Cohesion Policy Funding 2021 -2027 for Portugal.

Metodologia de elaboração:

- ✓ **Diagnóstico de Necessidades:** análise documental, mapeamento do ecossistema de atores, auscultação dos protagonistas (9 *focus group*) e autoavaliação das AG (2 inquéritos matriz, adaptação da metodologia OCDE), etc.
- ✓ **Estratégia de Capacitação:** 4 eixos | 10 objetivos específicos.
- ✓ **Plano de ação:** 6 projetos estruturantes a implementar.
- ✓ **Sistema de monitorização:** indicadores de realização, indicadores de resultado, monitorização de projeto, monitorização da estratégia. (eixo).



Reforço da Capacidade de Gestão (cont.)

Quadro estratégico de capacitação

Eixos		Objetivos Específicos	
	Melhorar a capacidade de gestão estratégica	1	• Aumentar a adequação e operacionalidade dos instrumentos de programação, dos quadros regulamentares e dos avisos de concurso.
		2	• Fortalecer as práticas de gestão estratégica e de avaliação
		3	• Criar condições favoráveis para aumentar a governança multinível e multiator
	Melhorar a capacidade de gestão operacional	4	• Adequar e preparar os recursos humanos afetos às estruturas de gestão, controlo e monitorização
		5	• Aumentar a eficácia e fiabilidade dos procedimentos de gestão, certificação, pagamento, auditoria e controlo
	Aumentar a capacidade de atuação dos beneficiários	6	• Aumentar a capacidade e preparação dos beneficiários para prosseguirem uma ação eficiente, eficaz e orientada para os resultados
		7	• Simplificar os procedimentos e aumentar a preparação dos beneficiários para prosseguirem uma ação orientada para os resultados
	Criar condições de suporte para uma execução eficaz, impactante e reconhecida	8	• Aumentar a abrangência e a qualidade dos instrumentos de política pública e de planeamento estratégico sectorial e territorial
		9	• Aumentar os níveis de eficácia e agilidade do sistema de informação de apoio à gestão e execução
		10	• Aumentar os níveis de eficácia das estratégias e ações de comunicação



PORTUGAL
2030

Reforço da Capacidade de Gestão (cont.)

6 Projetos estruturantes a implementar

Plano de ação



Academia de Fundos

[Programa plurianual: *Summer School* de políticas públicas; Rede de simplificação; Ações de capacitação de cariz técnico; Encontros Anuais; Estudos, manuais, documentação técnica, Manual de procedimentos]



Rede de Cap. Operacionalização da Abordagem Territorial do PT 2030

[Ações de capacitação específica; Encontros anuais, Manuais, Documentação técnica, Formação em abordagens territoriais colaborativas]



Rede de Capacitação Operacionalização de Abordagens de Clusters e RIS3

[Ações de capacitação específica; Evento Anual; *Summer School*]



Avaliação e Reforço da Ação Orientada para Resultados

[Cursos de Mestrado e Doutoramento em avaliação de políticas públicas; *Summer School* de avaliação; Manuais, estudos; Ações de capacitação específica (avaliações e indicadores de resultados); Encontros Bianuais]



Programa de Qualificação da Procura

[Redes ParticIPA; Ações de Capacitação; Encontro Anual (*Semana dos Fundos Europeus*); Estudos, manuais, documentação técnica]



Programa de Comunicação de Visibilidade Externa

[Estratégia de Comunicação; *Semana dos Fundos Europeus*; *Workshops* de capacitação dos media; Programa de capacitação contínua em comunicação digital; Dicionário dos Fundos; Programa de TV; Programa de informação de crianças]



PORTUGAL
2030

5.

Abordagens Integradas para enfrentar os desafios demográficos e do território



PORTUGAL
2030

Abordagem Integrada - Desafios Demográficos

Diagnóstico



- ✓ redução da população em idade ativa decorrente de um processo de envelhecimento populacional;
- ✓ taxa de natalidade mais baixa da Europa;
- ✓ desigualdade no acesso aos cuidados de saúde;
- ✓ desequilíbrio do nível de provisão dos serviços sociais de interesse geral ao longo do território.



Prioridades de Ação

- ✓ medidas de aumento da população em idade ativa (combate à precariedade e à segmentação do mercado de trabalho; atração e integração dos migrantes em idade ativa);
- ✓ promoção do envelhecimento ativo e saudável;
- ✓ promoção da acessibilidade equitativa a serviços de apoio à família (creches, jardins de infância, ATL, serviços de apoio aos ascendentes);
- ✓ promoção da inclusão social (promoção do emprego, combate à pobreza e à exclusão social, redução de custos com bens e serviços de primeira necessidade para as famílias desfavorecidas);
- ✓ promoção da competitividade dos territórios mais deprimidos.



PORTUGAL
2030

Abordagem Integrada - Desafios do Território

Diagnóstico



- ✓ insuficiente papel das cidades médias e da sua articulação com o território envolvente (urbano-rural);
- ✓ desequilibrada oferta de serviços e a sua provisão;
- ✓ insuficiente capacidade de cooperação intermunicipal e de participação dos atores locais;
- ✓ insuficientes abordagens diferenciadas das políticas de acordo com as necessidades específicas dos territórios;
- ✓ insuficiente valorização dos recursos e competências dos territórios;
- ✓ insuficiente capacidade de fixação/ atração de pessoas e investimento.



Prioridades de Ação

- ✓ **flexibilidade** na escolha e intensidade de intervenção nos instrumentos territoriais;
- ✓ **capacitação dos atores territoriais**, reforçando os processos de consolidação das diferentes escalas de intervenção (incluindo freguesias);
- ✓ **contratualização para o Desenvolvimento e Coesão Territorial com CIM (ITI CIM)**, visando intervenções das entidades municipais e intermunicipais essenciais à implementação da estratégia sub-regional;
- ✓ contratos para os **Centros Urbanos e respetivos subsistemas territoriais (ITI Centros Urbanos)**, visando o reforço da rede urbana e a estruturação do modelo urbano policêntrico e a afirmação dos domínios de especialização e competitividade;
- ✓ contratos com **Áreas Metropolitanas (ITI AM)**, visando o reforço da hierarquia de rede urbana e a afirmação dos respetivos domínios de especialização;
- ✓ **mobilização de instrumentos específicos para abordagens temáticas ou funcionais** (intervenções em investimentos estruturantes de interesse comum);
- ✓ **valorização de recursos endógenos** (eg PROVERE);
- ✓ **parcerias para a Coesão** (espaço para abordagens inovadoras de base territorial, que privilegiem a consolidação de parcerias).



PORTUGAL
2030

Abordagem Integrada - Desafios do Território (cont.)



Princípios

- ✓ flexibilidade regional na configuração dos instrumentos (por exemplo, customização dos ITI pelas CIM/AM/Centros Urbanos e respetivos subsistemas territoriais, articuladas com as CCDR);
- ✓ manutenção da escala NUTS III na contratualização de ITI CIM/AM, privilegiando elegibilidades que sejam competências das CIM/AM/Municípios, com especial foco na provisão de serviços públicos de proximidade;
- ✓ inclusão de obras de urbanização e mobilidade/transporte flexível de acesso a serviços nos ITI CIM;
- ✓ abordagem abrangente à política urbana que não se esgota num instrumento ou numa tipologia;
- ✓ promoção de uma efetiva concentração e seletividade, com redução substancial do número atual de estratégias e de OI;
- ✓ respeito pelo modelo territorial do PNPOT, considerando as declinações regionais, com foco de intervenção nas suas funções diferenciadoras;
- ✓ articulação estreita com outros instrumentos de financiamento (e.g. PRR, FEADER, FEAMP, PO Temáticos e/ou outras tipologias não contratualizadas);
- ✓ mobilização da rede e valorização do conhecimento territorial das ADL, nomeadamente na dinamização de projetos locais, na promoção do território e na ativação da procura;
- ✓ Incentivo a abordagens inovadoras e reforço da capacitação, com eventual envolvimento dos GAL.



PORTUGAL
2030

6.

Condições Habilitadoras



PORTUGAL
2030

Cumprimento das “Enabling Conditions”

Para assegurar a **utilização eficaz e eficiente do apoio dos Fundos**, a regulamentação europeia define uma lista de condições habilitadoras – horizontais e temáticas – que têm de estar cumpridas ao longo de todo o período de programação



Portugal tem vindo a interagir com a COM ao longo do último ano visando o cumprimento integral das condições habilitadoras até à apresentação dos PO

4 Condições Horizontais
16 Condições Temáticas, associadas aos
Objetivos Políticos (OP)



PORTUGAL
2030

Cumprimento das “Enabling Conditions” (cont.)



Condições Horizontais

- H1.** Mecanismos eficazes de acompanhamento do mercado dos contratos públicos
- H2.** Instrumentos e capacidade para a aplicação efetiva das regras em matéria de auxílios estatais
- H3.** Aplicação e execução efetivas da Carta dos Direitos Fundamentais da UE
- H4.** Execução e aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CNUDPD) em conformidade com a Decisão 2010/48/CE do Conselho



Condições Temáticas

- OP 1.1. Boa governação da estratégia nacional ou regional de especialização inteligente
- OP 1.2. Um plano de banda larga nacional ou regional
- OP 2.1. Quadro estratégico destinado a apoiar a renovação do parque habitacional e não habitacional visando a eficiência energética
- OP 2.2. Governação do setor da energia
- OP 2.3. Promoção eficaz da utilização de energias renováveis em todos os setores e em toda a UE
- OP 2.4. Quadro eficaz de gestão dos riscos de catástrofe
- OP 2.5. Planeamento atualizado para os investimentos necessários nos setores da água e das águas residuais
- OP 2.6. Planeamento atualizado da gestão dos resíduos
- OP 2.7. Quadro de ação prioritária para as medidas de conservação necessárias que implicam cofinanciamento da UE
- OP 3.1. Planeamento exaustivo dos transportes ao nível adequado
- OP 4.1. Quadro estratégico para as políticas ativas do mercado de trabalho
- OP 4.2. Quadro estratégico nacional para a igualdade de género
- OP 4.3. Quadro estratégico para o sistema de educação e formação a todos os níveis
- OP 4.4. Quadro estratégico nacional para a inclusão social e a redução da pobreza
- OP 4.5. Estratégia nacional para a integração das comunidades ciganas
- OP 4.6. Quadro estratégico para a saúde



PORTUGAL
2030

7.

Envolvimento dos Parceiros



PORTUGAL
2030

Envolvimento dos Parceiros



Forte envolvimento dos *stakeholders* na elaboração da Estratégia Portugal 2030

[início em 2017 com processo alargado de auscultação da sociedade portuguesa, envolvendo consultas junto dos parceiros económicos e sociais, da academia, da sociedade civil, dos agentes regionais e dos partidos políticos. Em 2020 Estratégia revisitada pelo Prof. António Costa Silva]



Forte envolvimento dos *stakeholders* territoriais na elaboração das Estratégias Regionais NUTS II e NUTS III



Promoção de Espaços de Diálogo e de Construção

[início em 2019 com debate das lições da experiência do PT2020 e apresentação da evolução dos trabalhos de preparação do Portugal 2030; debates públicos sobre estudos e resultados de avaliações do PT2020; entre maio e julho promoção do ciclo de 8 *webinars* sobre a aplicação dos Fundos Estruturais em Portugal; lançamento do Portal da Transparência em maio]



Envolvimento dos *stakeholders* na elaboração e acompanhamento do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais

[auscultação dos partidos/ AR, da CPCS, do Conselho Territorial, da CNA PRR, consulta pública, seminários de discussão do AP e PO com os *stakeholders*]





Acordo de Parceria Portugal 2030

*Promover a convergência de Portugal
com a União Europeia*

PORTUGAL
2030



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO
DO PLANEAMENTO

06 de novembro de 2021